

dos Santos, Cláudio Hamilton M.; Gouvea, Raphael Rocha; Leal, Éσιο Moreira; Leão, Isabela D'loan Silva

Working Paper

Estimativas trimestrais das transferências públicas de assistência e previdência no Brasil no período 1995-2012

Texto para Discussão, No. 1991

Provided in Cooperation with:

Institute of Applied Economic Research (ipea), Brasília

Suggested Citation: dos Santos, Cláudio Hamilton M.; Gouvea, Raphael Rocha; Leal, Éσιο Moreira; Leão, Isabela D'loan Silva (2014) : Estimativas trimestrais das transferências públicas de assistência e previdência no Brasil no período 1995-2012, Texto para Discussão, No. 1991, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília

This Version is available at:

<https://hdl.handle.net/10419/121544>

Standard-Nutzungsbedingungen:

Die Dokumente auf EconStor dürfen zu eigenen wissenschaftlichen Zwecken und zum Privatgebrauch gespeichert und kopiert werden.

Sie dürfen die Dokumente nicht für öffentliche oder kommerzielle Zwecke vervielfältigen, öffentlich ausstellen, öffentlich zugänglich machen, vertreiben oder anderweitig nutzen.

Sofern die Verfasser die Dokumente unter Open-Content-Lizenzen (insbesondere CC-Lizenzen) zur Verfügung gestellt haben sollten, gelten abweichend von diesen Nutzungsbedingungen die in der dort genannten Lizenz gewährten Nutzungsrechte.

Terms of use:

Documents in EconStor may be saved and copied for your personal and scholarly purposes.

You are not to copy documents for public or commercial purposes, to exhibit the documents publicly, to make them publicly available on the internet, or to distribute or otherwise use the documents in public.

If the documents have been made available under an Open Content Licence (especially Creative Commons Licences), you may exercise further usage rights as specified in the indicated licence.

1991

TEXTO PARA DISCUSSÃO

ESTIMATIVAS TRIMESTRAIS DAS TRANSFERÊNCIAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA NO BRASIL NO PERÍODO 1995-2012

Cláudio Hamilton M. dos Santos
Raphael Rocha Gouvea
Ésio Moreira Leal
Isabela D'loan Silva Leão



ESTIMATIVAS TRIMESTRAIS DAS TRANSFERÊNCIAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA NO BRASIL NO PERÍODO 1995-2012¹

Cláudio Hamilton M. dos Santos²

Raphael Rocha Gouvea³

Ésio Moreira Leal⁴

Isabela D'loan Silva Leão⁵

1. Os autores agradecem os comentários feitos por Ricardo Zarur, da Coordenação de Contas Nacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e pelos participantes de dois seminários internos realizados na Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac) do Ipea sobre o tema. Agradecem, ainda, o auxílio disponibilizado pelos bolsistas da Coordenação de Finanças Públicas da Dimac, notadamente Daniela Veiga, Daniel Aguilar, Thaís Teixeira e Wesley de Jesus Silva. Todos os erros remanescentes no texto são, entretanto, de inteira responsabilidade dos autores.

2. Técnico de Planejamento e Pesquisa da Dimac do Ipea.

3. Técnico de Planejamento e Pesquisa da Dimac do Ipea.

4. Analista administrativo da Diretoria Administrativa e Financeira (DAF) da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH).

5. Pesquisadora do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Dimac do Ipea.

Governo Federal

**Secretaria de Assuntos Estratégicos da
Presidência da República**
Ministro Marcelo Côrtes Neri

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Sergei Suarez Dillon Soares

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Luiz Cezar Loureiro de Azeredo

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

Daniel Ricardo de Castro Cerqueira

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

Cláudio Hamilton Matos dos Santos

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Rogério Boueri Miranda

Diretora de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura

Fernanda De Negri

Diretor de Estudos e Políticas Sociais, Substituto

Carlos Henrique Leite Corseuil

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais

Renato Coelho Baumann das Neves

Chefe de Gabinete

Bernardo Abreu de Medeiros

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação

João Cláudio Garcia Rodrigues Lima

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Texto para Discussão

Publicação cujo objetivo é divulgar resultados de estudos direta ou indiretamente desenvolvidos pelo Ipea, os quais, por sua relevância, levam informações para profissionais especializados e estabelecem um espaço para sugestões.

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 2014

Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea , 1990-

ISSN 1415-4765

1. Brasil. 2. Aspectos Econômicos. 3. Aspectos Sociais.
I. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

CDD 330.908

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

JEL: H53; H55; E01.

SUMÁRIO

SINOPSE

ABSTRACT

1 INTRODUÇÃO	7
2 AS TAPS NAS CONTAS NACIONAIS: CONCEITOS BÁSICOS, MUDANÇAS DE CLASSIFICAÇÃO DO IBGE E DADOS ANUAIS PARA O PERÍODO 1995-2009	8
3 OS DADOS EM ALTA FREQUÊNCIA	21
4 BREVES NOTAS SOBRE A EVOLUÇÃO DAS TAPS E DE SEUS PRINCIPAIS COMPONENTES NO PERÍODO 1995-2012	30
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
REFERÊNCIAS	34
APÊNDICES	38

SINOPSE

É difícil exagerar a importância das transferências (públicas) de assistência e previdência social (TAPS) no Brasil atual, quando estas atingiram cerca de 15% do produto interno bruto (PIB) ao longo da última década. Poucos estudos, entretanto, analisam sua dinâmica de forma conjunta. Este trabalho objetiva preencher lacunas de três diferentes maneiras. Primeiro, pela construção de uma série anual compatível com o Sistema de Contas Nacionais (SCN) brasileiras – referência 2000 no período 1995-2012. Segundo, aperfeiçoa e estende o esforço de Santos, Macedo e Silva e Ribeiro (2010) na construção de estimativas trimestrais agregadas e por componentes dessas transferências. Finalmente, analisa-se o comportamento dessa variável no período.

Palavras-chave: transferências públicas de assistência e previdência; contas nacionais trimestrais; benefícios sociais exclusive transferências sociais em espécie.

ABSTRACT

It is difficult to exaggerate the macroeconomic and political relevance of the public transfers to the private sector in the Brazilian economy. These transfers have reached 15% of GDP in the last decade. However, there are just a few papers analyzing the evolution of these transfers. Given that, this paper has three main goals. First, to show how to construct an annual series compatible with the Brazilian national accounts system (ref. 2000) over the period 1995-2012. Second, to refine and extend (up until 2012) the previous effort of Santos, Macedo e Silva and Ribeiro (2010). Finally, we provide a short analysis of the numbers estimated for the aforementioned transfers.

Keywords: Brazilian government transfers to households; Brazilian quarterly national accounts; Brazilian social benefits other than social transfers in kind.

1 INTRODUÇÃO

É difícil exagerar a importância macroeconômica e política das transferências (públicas) de assistência e previdência social (TAPS) no Brasil atual. Os números falam por si. As TAPS agregadas atingiram a casa dos 15% do produto interno bruto (PIB) ao longo da última década. Atualmente, os benefícios pagos pelo Regime Geral da Previdência Social (RGPS) ultrapassam 25 milhões, enquanto quase 4 milhões de pessoas recebem benefícios de prestação continuada previstos na Lei Orgânica de Assistência Social (Loas). Mais de 13 milhões de famílias (e mais de 40 milhões de pessoas) são assistidas pelo Programa Bolsa Família (PBF). Perto de 27 milhões de contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) são sacadas a cada ano. Cerca de 17 milhões de brasileiros recebem o abono salarial e quase 8 milhões recebem o seguro-desemprego. E há no país, ainda, quase 1 milhão de funcionários públicos federais e cerca de 2,5 milhões de servidores públicos estaduais e municipais aposentados ou instituidores de pensão.

Em vista do quadro descrito, seria possível supor que a dinâmica das TAPS fosse tema de intensa discussão entre os macroeconomistas brasileiros. Infelizmente, visões de conjunto sobre o tema são, ainda, relativamente escassas no país.¹ Este trabalho pretende preencher lacunas de três maneiras principais. Primeiramente, por meio da construção, para o período 1995-2012, de uma série anual agregada compatível com o Sistema de Contas Nacionais – referência 2000 (SCN 2000) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em segundo lugar, aperfeiçoando e estendendo o esforço de Santos, Macedo e Silva e Ribeiro (2010) na construção de estimativas trimestrais das TAPS brasileiras e de seus componentes. Por fim, realiza-se uma breve análise do comportamento das TAPS brasileiras no período 1995-2012.

1. Ainda que a literatura sobre componentes individuais das TAPS seja extensa – ver, por exemplo, Brasil (2001, 2003) sobre o RGPS, Marinho, Balestro e Walter (2010) sobre o seguro-desemprego, Ansiliero (2005) e capítulos selecionados de Vaitsman e Paes-Sousa (2007) sobre os benefícios da Loas, Soares e Sátyro (2009) sobre o PBF, Carvalho e Pinheiro (2000) sobre o FGTS e Nogueira (2012) sobre os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) de estados e municípios e da União. Esforços de síntese com escopos mais próximos do aqui proposto – ainda que bastante diferentes entre si e deste trabalho – podem ser encontrados, por exemplo, em Abrahão (2011) e em capítulos selecionados de Giambiagi (2007) e Giambiagi e Taffner (2010). Destaque-se, ainda, a literatura que, tal como vários dos capítulos de Paes de Barros, Foguel e Ulyssea (2007), Silveira (2008) e Ipea (2010), tem tentado mensurar os impactos de componentes específicos das TAPS sobre a distribuição da renda pessoal entre os brasileiros.

O restante deste trabalho está organizado em quatro partes. A seção 2 explicita o que exatamente se entende por TAPS no SCN 2000 e se ocupa da retropolação desta última série para os anos 1995-1999. Na seção 3, apresentam-se as fontes de dados e a metodologia para o cômputo das TAPS em alta frequência. A seção 4 descreve os principais fatos estilizados da evolução das TAPS entre 1995 e 2012. Por fim, apresenta-se uma reflexão sobre a qualidade das estimativas apresentadas ao longo do texto.

2 AS TAPS NAS CONTAS NACIONAIS: CONCEITOS BÁSICOS, MUDANÇAS DE CLASSIFICAÇÃO DO IBGE E DADOS ANUAIS PARA O PERÍODO 1995-2009

De acordo com o SCN das Nações Unidas – referência 2008 (SCN 2008), uma transferência (em dinheiro ou espécie) é uma “transação na qual uma unidade institucional provê um bem ou um serviço ou um ativo [inclusive financeiro, como moeda] a outra unidade sem receber desta última qualquer bem ou serviço ou ativo em direta contrapartida” (ONU *et al.*, 2009, p.157). Ainda de acordo com o SCN 2008, as transferências devem ser divididas em transferências correntes, as quais não envolvem mudanças patrimoniais diretas, e transferências de capital, que envolvem mudanças deste tipo (*op. cit.*, p. 162).

É interessante notar que a definição de TAPS não aparece explicitamente no SCN 2008,² que utiliza o conceito correlato de “benefícios sociais”, definidos como “transferências correntes recebidas pelas famílias com o objetivo de financiar as necessidades derivadas de eventos ou circunstâncias específicos, por exemplo, enfermidades, desemprego, aposentadoria, moradia, educação ou problemas familiares” (ONU *et al.*, 2009, p. 158).

Os benefícios sociais se diferenciam ainda entre os pagos em dinheiro e em espécie. De acordo com o SCN 2008 “os benefícios sociais pagos em dinheiro permitem às famílias usufruírem do benefício de modo indistinguível de suas outras rendas” (ONU *et al.*, 2009, p. 172). Por sua vez, “quando os benefícios sociais são pagos em espécie, a família não pode escolher o uso que fará do benefício; os benefícios apenas exigem as famílias de terem que pagar [pelos bens e/ou serviços recebidos] com suas outras rendas” (*idem, ibidem*). Esta distinção é importante nas contas nacionais porque os benefícios

2. A despeito do caráter intuitivo do conceito para os macroeconomistas, Reis *et al.* (2006), por exemplo, apresentam dados anuais sobre as TAPS brasileiras desde 1947. O conceito aparece, ainda, em IBGE (1995 e 2000a).

sociais em espécie pagos pelas administrações públicas que podem ser individualizados – por exemplo, o fornecimento gratuito de remédios pelo sistema público de saúde a um cidadão qualquer – devem ser contabilizados como consumo do governo (*op. cit.*, p. 178). Já os benefícios sociais pagos em dinheiro pelas administrações públicas às famílias não são contabilizados como consumo do governo – aparecendo apenas na conta de distribuição secundária da renda do SCN 2008.

Os benefícios sociais em dinheiro – ou “benefícios sociais exclusive transferências sociais em espécie” na nomenclatura do SCN – são divididos em benefícios previdenciários e benefícios assistenciais (ONU *et al.*, 2009, p. 172). O SCN 2008 entende a previdência social como “um esquema de seguro social”, para o qual “o beneficiário (...) usualmente paga uma contribuição, ou alguém a paga por ele” (*idem, ibidem*). Já a assistência social “é distinta da previdência, posto que o recebimento de benefícios assistenciais não depende de participação formal [contributiva] em esquemas de previdência (...). Usualmente todos os residentes [de uma determinada economia] podem receber benefícios de assistência social, ainda que as condições específicas nas quais estes benefícios são concedidos possam ser restritivas. Frequentemente há uma comparação da renda disponível e das necessidades do beneficiário em potencial e apenas aqueles com renda inferior a um determinado limite recebem este tipo de benefício” (*idem, ibidem*).

Assim, neste artigo se entende por TAPS as transferências correntes das administrações públicas para as famílias (e/ou instituições privadas sem fins lucrativos que servem às famílias) “decorrentes do pagamento de benefícios de previdência, como aposentadorias, pensões e outros benefícios de natureza assistencial, como auxílio-doença, funeral, incluindo também os auxílios às instituições [privadas] de natureza filantrópica” (IBGE, 1995, p. 15). Esta definição engloba todos os “benefícios sociais exclusive transferências sociais em espécie” – sejam estes assistenciais ou previdenciários. Compreende, ainda, as transferências feitas pelas administrações públicas às instituições privadas sem fins lucrativos (IPSFLs) – ainda que estas não sejam classificadas como benefícios nas contas nacionais, mas como “outras transferências correntes” (ONU *et al.*, 2009, p. 177). A racionalidade de incluir as transferências às IPSFLs (TIPSFLs) na definição de TAPS é a suposição de que parte significativa destes recursos é direcionada a instituições de caráter filantrópico que servem às famílias.³

3. Note-se, entretanto, que em IBGE (2000a) a definição de TAPS exclui as TIPSFLs.

2.1 As TAPS nas contas nacionais – referência 2000

Os “benefícios sociais exceto transferências sociais em espécie” pagos pelas administrações públicas aparecem no SCN 2000 nas chamadas “contas econômicas integradas” (com o código D.62). Tais benefícios são divididos em quatro grandes grupos, a saber: Benefícios de seguridade social em numerário (D.621); Benefícios sociais com constituição de fundos (D.622); Benefícios sociais sem constituição de fundos (D.623); e Benefícios de assistência social em numerário (D.624). O quadro 1 apresenta as definições formais destas variáveis no SCN 2000 e sua tradução aproximada nos termos das políticas públicas brasileiras.

QUADRO 1

Detalhamento dos “benefícios sociais exceto transferências sociais em espécie” brasileiros tal como medidos nas contas nacionais – referência 2000

Tipo de benefício	Descrição formal do IBGE	Tradução aproximada nos termos das políticas públicas brasileiras
D.621 - Benefícios de seguridade social em numerário	São “(...) os valores referentes aos benefícios previdenciários pagos pelas APUs, através do regime geral de previdência do INSS, bem como aos benefícios de natureza social, pagos pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT por conta do abono salarial e do seguro-desemprego, tendo como contrapartida o setor famílias” (IBGE, 2008a, p.95).	Benefícios do RGPS e benefícios financiados pelo FAT (abono salarial e seguro-desemprego).
D.622 - Benefícios sociais com constituição de fundos	São os “(...) benefícios referentes aos saques do FGTS e do fundo remanescente do PIS/PASEP, bem como os benefícios previdenciários pagos pelas administrações públicas aos seus funcionários (famílias), exceto os benefícios considerados dentro do circuito das contribuições sociais imputadas” (<i>op. cit.</i> , p.96).	Saques do FGTS e do PIS/PASEP e transferências a servidores públicos estaduais e municipais inativos e pensionistas.
D.623 - Benefícios sociais sem constituição de fundos	São “(...) os benefícios pagos pelas APUs às famílias, considerados dentro do circuito das contribuições sociais imputadas” (IBGE, 2008a, p.96). Estes “(...) compreendem os benefícios sociais prestados diretamente pelas APUs aos seus empregados e dependentes, a partir de seus próprios recursos sem envolver empresas de seguro, fundos autônomos de pensão e sem criar provisões específicas para este fim” (IBGE, 2004a, seção 3.3).	Transferências a servidores públicos federais inativos e pensionistas.
D.624 - Benefícios de assistência social em numerário	“São benefícios pagos às famílias para fazer frente às necessidades e circunstâncias similares às dos benefícios anteriores, mas que não são realizados dentro de um esquema de seguro social, com contribuições sociais e benefícios associados a elas. Compreendem, no Sistema de Contas Nacionais, os benefícios previstos na Lei Orgânica de Assistência Social (Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993), referente aos idosos e às pessoas portadoras de deficiência, e outros benefícios de transferência direta de renda” (<i>idem, ibidem</i>).	Benefícios de prestação continuada previstos na Loas – inclusive pagamentos da Renda Mensal Vitalícia (RMV). Benefícios do PBF.

Fonte: IBGE (2008a) e comunicação pessoal com o IBGE.

Para os propósitos deste texto é importante ter claro que os “benefícios sociais exceto transferências sociais em espécie” brasileiros podem ser divididos em oito componentes principais, a saber: *i)* os benefícios do RGPS; *ii)* os pagamentos de seguro-desemprego e abono salarial financiados pelo FAT; *iii)* os saques do FGTS;

iv) os saques do fundo residual do PIS/PASEP;⁴ *v)* as transferências feitas pelos governos estaduais e municipais para os servidores públicos aposentados e instituidores de pensão dos referidos estados e municípios; *vi)* os pagamentos feitos pela União aos servidores públicos federais aposentados e instituidores de pensão; *vii)* os benefícios associados à Loas, inclusive a RMV; e *viii)* os pagamentos de benefícios do PBF.

Os benefícios do RGPS são pagos em dinheiro e, por definição, são classificados como previdenciários. Classificam-se como benefícios previdenciários, ainda, os financiados pelo FAT, uma vez que este último fundo recebe contribuições regulares dos empregadores dos beneficiários. Tanto os saques do FGTS quanto os do PIS/PASEP, por sua vez, são classificados como “benefícios sociais [não ligados ao regime geral de previdência] com constituição de fundos”. Este também é o caso dos benefícios pagos aos servidores de estados e municípios aposentados ou instituidores de pensão – sob a hipótese (simplificadora) de que os pagamentos de aposentadorias do RPPS dos governos subnacionais são feitos por fundos autônomos criados por estes últimos. No entanto, os benefícios pagos aos servidores aposentados e pensionistas da União são supostos “sem constituição de fundos”.⁵ Por fim, tanto os benefícios da Loas⁶ quanto os do PBF são exemplos clássicos de benefícios de assistência social, porque são destinados aos mais pobres e por não exigirem que os beneficiários tenham feito contribuições ao regime geral de previdência.

Registre-se, ademais, que as TIPSFLs não aparecem explicitamente no SCN 2000, mas agregadas aos demais componentes das “transferências (públicas) correntes diversas” (variável D.75 das contas econômicas integradas). Felizmente, as TIPSFLs podem ser calculadas indiretamente, por meio de um procedimento em três etapas. A primeira consiste na obtenção do valor agregado das TAPS e dos subsídios à produção por meio da subtração da “carga tributária líquida” da “carga tributária bruta” (ambas

4. Criados em 1975, os programas de integração social (PIS) e de formação do patrimônio do servidor público (PASEP) visavam, entre outros objetivos, incentivar a acumulação patrimonial por parte de trabalhadores privados e servidores públicos em contas individuais. A Constituição de 1988 (CF/1988), entretanto, reformulou ambos os programas extinguindo a arrecadação de contas individuais e direcionando a arrecadação do PIS/PASEP para o FAT. Mas ainda hoje ocorrem saques das contas individuais criadas no período anterior a 1988.

5. Isto deve mudar (parcialmente, ao menos) em revisões futuras das contas nacionais devido à regulamentação, em 2012, da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público da União do Poder Executivo, o FUNPRESP.

6. Mas não, curiosamente, os benefícios da RMV, posto que estes eram concedidos apenas mediante contribuição para o RGPS. Ainda assim, os benefícios da RMV são classificados como benefícios de assistência social nas contas referência 2000.

as variáveis publicadas na tabela sinótica 19 do SCN 2000).⁷ A segunda etapa calcula o valor das TAPS por meio da subtração do valor dos subsídios à produção (tabela sinótica 2 do SCN 2000) do agregado das TAPS e dos subsídios à produção obtido na primeira etapa. Por fim, a terceira etapa consiste na obtenção do valor das TIPSFLs por meio da subtração do valor dos benefícios sociais exceto transferências sociais em espécie (variável D.62 das contas econômicas integradas) do agregado das TAPS obtido na segunda etapa.

A tabela 1 apresenta todos os dados disponibilizados sobre as TAPS no SCN 2000. Conquanto úteis de várias maneiras, estes dados possuem dois problemas importantes: *i*) a defasagem na atualização da informação, uma vez que o último dado disponível está atualmente com quatro anos de defasagem; e *ii*) o fato de a série se iniciar em 2000, quando da mudança de referência dos dados das contas nacionais pelo IBGE. Assim, a próxima subseção visa contribuir para a superação deste último problema, apresentando uma forma de cálculo dos dados anuais no período 1995-1999 na referência 2000 a partir dos dados publicados nas contas nacionais referência 1985 (SCN, 1985) e em outras publicações do IBGE detalhadas a seguir. Na seção 3, ao discutir a metodologia de construção da série das TAPS em alta frequência, se mostrará como superar o primeiro problema com a atualização da série até 2012.

TABELA 1
Os dados das TAPS disponíveis nas contas nacionais – referência 2000
(Em % do PIB)

Variável	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
D.62 – Benefícios sociais exclusive transferências sociais em espécie	12,473	12,826	13,493	13,970	13,526	13,806	14,147	14,059	13,750	14,477
D.621 - Benefícios de seguridade social em numerário	6,009	6,297	6,406	6,878	6,823	7,166	7,455	7,352	7,128	7,588
D.622 - Benefícios sociais com constituição de fundos	4,073	3,993	4,423	4,473	3,959	3,838	3,818	3,843	3,767	3,803
D.623 - Benefícios sociais sem constituição de fundos	2,157	2,297	2,264	2,148	2,076	2,062	2,060	2,012	1,966	2,094
D.624 - Benefícios de assistência social em numerário	0,235	0,238	0,400	0,470	0,669	0,740	0,813	0,852	0,889	0,992
TIPSFL	0,311	0,317	0,357	0,401	0,475	0,528	0,505	0,504	0,526	0,554
TAPS	12,784	13,142	13,85	14,371	14,001	14,334	14,652	14,562	14,276	15,031
Memo: PIB (em R\$ bilhões correntes)	1179,5	1302,1	1477,8	1699,9	1941,5	2147,2	2369,5	2661,3	3032,2	3239,4

Fonte: Contas nacionais – referência 2000 (IBGE, 2011).

7. Note-se que IBGE (2008a, p.163) define a carga tributária líquida como o “quociente entre o somatório das arrecadações de impostos, taxas e contribuições, deduzido das despesas com subsídios, benefícios e transferências para instituições privadas sem fins lucrativos, e o produto interno bruto”.

2.2 Construindo uma série anual das TAPS – referência 2000 para o período 1995-1999

Há estimativas anuais disponíveis para as TAPS desde 1947 (Reis *et al.*, 2006) – produzidas, ao longo dos anos e seguindo várias metodologias, pela Fundação Getúlio Vargas (FGV, 1956)⁸ e pelo IBGE (1995, 2000b). Note-se, entretanto, que os dados disponíveis para o período anterior ao ano 2000 foram calculados de maneira distinta dos dados do SCN 2000, de modo que não podem ser diretamente comparados aos dados da tabela 1. Nesta subseção discutem-se os ajustes necessários para tornar os dados das TAPS de 1995-1999 publicados nas contas nacionais referência 1985 (SCN, 1985) comparáveis com os dados mais recentes. Restringimo-nos aqui ao período 1995-1999 porque nestes anos o IBGE publicou dados detalhados sobre as TAPS – especificamente nas “contas intermediárias” das administrações públicas e do subsetor previdência pública.

Note-se, inicialmente, que os números das contas nacionais – referências 1985 e 2000 são bastante diferentes (tabela 2). Este fato se deve à existência de significativas diferenças metodológicas nos tratamentos dos benefícios sociais nos dois sistemas de contas. A tarefa de retroplar os dados das TAPS referência 2000 envolve, naturalmente, identificar e resolver estas diferenças. Mas não apenas. Há que se atentar, ainda, para as mudanças metodológicas ocorridas na própria série das contas referência 1985 (quadro 2). É instrutivo, neste contexto, examinar também os dados das TAPS publicadas na antiga pesquisa “regionalização das transações das administrações públicas” (IBGE, 2000b), posteriormente denominada “finanças públicas” (IBGE, 2006). Com efeito, várias das conclusões que se seguem foram obtidas por meio da comparação dos dados do SCN 1985 e da pesquisa de finanças públicas do IBGE no período 1995-2003 – e destes com os dados do SCN 2000 no período 2000-2003 (tabela 3).

8. Ainda que a FGV (1956) não utilize explicitamente o termo TAPS, mas o conceito similar de “transferências a consumidores”, que, segundo a FGV (1959, p. 59) inclui “despesas [públicas] com [servidores] inativos, pensionistas, salário-família, auxílio[s] a instituições beneficentes sem finalidade lucrativa, auxílios a populações flageladas e várias outras modalidades de auxílio, além dos quais, os benefícios pagos pelo sistema de previdência social”. Note-se, ademais, que a estimativa da FGV (1962) para as transferências públicas aos consumidores, por exemplo no ano de 1947, é significativamente maior que o publicado em FGV (1957) – de modo a evidenciar mudanças importantes na metodologia de cálculo da variável já nos primeiros anos de produção das contas nacionais brasileiras.

TABELA 2
Benefícios sociais nas contas – referências 1985 e 2000
 (Em R\$ bilhões correntes)

Variável	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Benefícios sociais exclusive transferências sociais em espécie (referência 1985)	82,24	98,89	110,09	131,16	139,66	159,47	173,77	197,52	230,00
Benefícios sociais exclusive transferências sociais em espécie (referência 2000)	–	–	–	–	–	147,12	167,00	199,40	237,47
Benefícios sociais sem constituição de fundos (referência 1985)	29,08	33,87	37,84	46,47	50,27	60,98	62,16	65,75	71,65
Benefícios sociais sem constituição de fundos (referência 2000)	–	–	–	–	–	25,44	29,91	33,46	36,52
Benefícios de seguridade social em numerário + Benefícios com constituição de fundos (referência 1985)	47,42	59,76	66,49	79,13	84,65	93,67	107,17	127,18	154,43
Benefícios de seguridade social em numerário + Benefícios com constituição de fundos (referência 2000)	–	–	–	–	–	118,92	133,99	160,03	192,96
Benefícios de assistência social em numerário (referência 1985)	5,75	5,27	5,76	5,56	4,74	4,83	4,43	4,59	3,93
Benefícios de assistência social em numerário (referência 2000)	–	–	–	–	–	2,77	3,10	5,91	7,99

Fonte: Contas nacionais – referências 1985 e 2000.

QUADRO 2
Mudanças metodológicas nos dados das contas nacionais – referências 1985 e 2000 e da pesquisa de finanças públicas

Mudança metodológica	Descrição
A partir de 1998, na pesquisa de finanças públicas e nas contas nacionais – referência 1985	Os dados das TAPS do estado de São Paulo até 1997 eram calculados de modo distinto dos reportados a partir de 1998 (Para melhorar entendimento ver este quadro como um todo).
A partir de 1999, na pesquisa de finanças públicas	“Nas tabelas de despesa consolidada do governo federal, o item ‘Benefícios a servidores’, até o ano de 1998, incluía tanto benefícios previdenciários quanto de assistência social. A partir do ano de 1999, o conteúdo desta variável foi restringido aos benefícios previdenciários dos servidores estatutários. Os gastos com os benefícios de assistência social foram incluídos no item ‘Outras transferências de assistência e previdência’, conforme recomendações do Manual de Contas Nacionais de 1993 das Nações Unidas (System of National Accounts 1993). Nas tabelas dos governos estaduais e municipais, não foi feita a modificação, em virtude da ausência de informação detalhada, necessária para promover esta separação”. <i>Regionalização das transações do setor público: atividade de administração pública 1999</i> (IBGE, 2002, notas metodológicas).
A partir de 2000, na pesquisa de finanças públicas	“Nas tabelas de despesa consolidada do governo federal, as transferências de assistência e previdência no item ‘benefícios a servidores públicos’, a partir de 1999, incluem as despesas de inativos e pensionistas e outros benefícios dos servidores públicos, tais como salário-família e outros benefícios sociais dos servidores públicos. E o item ‘outras transferências de assistência e previdência’ inclui o pagamento de aposentadorias, pensões e benefícios para os trabalhadores segurados do INSS e beneficiários do FGTS, PIS/PASEP e do seguro-desemprego, bem como as despesas de aluguel de leitos em hospitais privados, realizadas pelas administrações públicas em nome das famílias, e outras transferências a pessoas como auxílio financeiro a estudantes. Nas tabelas de despesas consolidadas dos governos estaduais e também nas dos governos municipais, as transferências de assistência e previdência no item “benefícios a servidores públicos”, a partir desse exercício (2000), incluem as despesas com inativos e pensionistas dos estados e dos municípios e outros benefícios dos servidores públicos, tais como salário-família etc. No item ‘outras transferências de assistência e previdência’ para essas esferas governamentais estão incluídos os auxílios financeiros a estudantes, bem como outras transferências a pessoas”. <i>Regionalização das transações do setor público: atividade de administração pública 2000</i> (IBGE, 2003b, notas técnicas).

(Continua)

(Continuação)

Mudança metodológica	Descrição
A partir de 2002, nas contas nacionais – referência 1985	“Com o objetivo de evidenciar os resultados da previdência, tanto do regime geral (INSS) quanto do funcionalismo público, a partir do exercício de 2002, o setor institucional Administração Pública apresenta as seguintes mudanças de classificação: (i) As despesas com abono salarial e seguro-desemprego do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT foram reclassificadas de benefícios sociais sem constituição de fundos para transferências correntes diversas; (ii) As despesas com outras transferências de assistência e previdência foram reclassificadas de benefícios sociais sem constituição de fundos para transferências correntes diversas (...)” . <i>Sistema de contas nacionais: Brasil 2000-2002</i> (IBGE, 2003a, notas técnicas).
A partir de 2000, com o lançamento das contas nacionais – referência 2000.	“Despesas com serviços médico-hospitalares [antes] computados como Benefícios de Assistência Social passam a compor o Consumo Final Mercantil da Administração Pública.” <i>Sistema de contas nacionais – Brasil referência 2000</i> . Nota metodológica nº 11 (IBGE, 2008b).

Fonte: IBGE (2002, 2003a, 2003b e 2008b).

TABELA 3
Dados selecionados das contas nacionais – referências 1985 e 2000 e da pesquisa de
finanças públicas do IBGE 1995-2003
(Em R\$ bilhões correntes)

Variável	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Benefícios sociais sem constituição de fundos federais (referência 1985)	17,167	19,445	21,085	24,412	28,355	33,925	34,108	33,281	36,348
Benefícios sociais sem constituição de fundos totais (referência 2000)	–	–	–	–	–	25 436	29,912	33 456	36,521
TAPS para inativos e pensionistas – União – finanças públicas (FPs)	17,167	19,370	26,756	24,296	23,131	25,432	31,024	33,258	36,310
TAPS federais totais (FPs)	67,114	80,386	90,147	105,124	112,120	122,484	139,840	166,456	198,315
Benefícios sociais federais totais (referência 1985)	67,262	80,517	90,237	105,241	112,120	127,719	140,072	160,063	189,772
TAPS para inativos e pensionistas de estados e municípios (FPs)	11,844	14,275	16,603	21,874	21,917	29,955	32,227	37,432	42,494
Benefícios sociais sem constituição de fundos de estados e municípios (referência 1985)	11,910	14,424	16,757	22,061	21,917	27,052	28,056	29,533	32,246
Outras TAPS de estados e municípios (FPs)	3,219	4,011	3,100	3,855	5,626	1,633	2,376	2,262	2,305
Outros benefícios de estados e municípios (referência 1985)	3,219	4,011	3,100	3,855	5,626	4,703	5,641	7,928	7,987
TAPS totais de estados e municípios (FPs)	15,063	18,286	19,703	25,729	27,543	31,588	34,603	39,694	44,799
Benefícios totais de estados e municípios (referência 1985)	15,129	18,435	19,858	25,916	27,543	31,755	33,696	37,461	40,233

Fontes: Contas nacionais – referência 1985 e 2000 e Pesquisa de finanças públicas.

É válido ressaltar que talvez a principal diferença entre as TAPS das contas nacionais referências 1985 e 2000 seja o fato de que os “pagamentos diretos à rede de hospitais credenciados ao Sistema Único de Saúde – SUS, realizados pelo Fundo Nacional de Saúde e pelo INSS, para a compra de serviços individualizados de saúde para uso das famílias” (IBGE, 2004a, seção 1.3.2.2) que antes eram classificados como

TAPS – ou, mais precisamente, como “benefícios de assistência social em numerário” – passaram a “compor o consumo final mercantil da administração pública” e, portanto, a ser computados como “transferências sociais em espécie” (quadro 2).

Ambas as contas referências 1985 e 2000 diferenciam entre as despesas de consumo final das administrações públicas voltadas “(...) para benefício da comunidade como um todo (consumo coletivo)” e as voltadas “para benefício das famílias individuais” (IBGE, 2008a, p. 42). Ambas determinam, ademais, que “o valor do consumo final das administrações públicas em bens e serviços de caráter individual” deve ser “computado como transferências sociais em espécie” (*idem, ibidem*).⁹ Daí que o gasto do SUS com pagamentos à rede privada de saúde – exemplo típico de despesa de consumo final da administração pública de caráter individual (*op. cit.*, p. 34) – é classificado como “transferência social em espécie das administrações públicas às famílias” nas contas referência 2000. Por qualquer motivo, entretanto, as contas referência 1985 adotavam “um circuito fictício”, no qual “a administração pública transfere (...) recursos às famílias (...) para fazer frente ao consumo de serviços mercantis de saúde” (IBGE, 2004a, seção 1.3.2.2) – computando, assim, o gasto do SUS com pagamentos à rede privada de saúde como “benefício de assistência social em numerário” e, portanto, como TAPS.

É possível concluir, assim, que o conceito de “benefício de assistência social em numerário” é bastante diferente nos dois sistemas de contas. Com efeito, as despesas do SUS com clínicas particulares eram classificadas como “benefício de assistência social em numerário” no SCN 1985, mas deixaram de ser no SCN 2000. Entretanto, muito do que é considerado como “benefício de assistência social em numerário” nas contas referência 2000 (isto é, PBF e RMV), não era considerado como tal nas contas referência 1985 – posto que o PBF simplesmente não existia e as despesas com a RMV eram consideradas como “benefício da seguridade em numerário”. Apenas as despesas com os benefícios da Loas, aparentemente, são consideradas “benefícios de assistência social em numerário” nos dois sistemas de contas.

9. Essencialmente a mesma interpretação pode ser encontrada – ainda que com um evidente equívoco de impressão – no item D.63 da seção 1.3.2.2 de IBGE (2004a).

Outras diferenças importantes existem entre os dois sistemas. Por exemplo, o SCN 1985 diferenciava entre as TAPS pagas a servidores públicos pelos institutos estaduais e municipais de previdência (tratadas como benefícios estaduais e municipais com constituição de fundos) e aquelas pagas pelo cofre dos governos subnacionais (tratadas como benefícios estaduais e municipais sem constituição de fundos), enquanto o SCN 2000 assume, por simplicidade, que todas as TAPS pagas aos servidores estaduais e municipais são benefícios com constituição de fundos. Mais importantes para os nossos propósitos imediatos, entretanto, são as mudanças metodológicas ocorridas nos dados das contas referência 1985 e da pesquisa de finanças públicas entre 1999 e 2002 (quadro 2 e tabela 3).

Analisados em conjunto, esses dados ajudam a iluminar a natureza dos ajustes que devem ser feitos a fim de tornar os dados das contas referência 1985 para os anos 1995 a 1999 compatíveis com os dos anos 2000-2009 das contas referência 2000. Registre-se, inicialmente, que até 1999, os dados do SCN 1985 e da pesquisa de finanças públicas para os gastos totais tanto de estados e municípios quanto da União com benefícios sociais/TAPS eram virtualmente idênticos. A partir do ano 2000, no caso da União, e 2001, no caso dos governos subnacionais, estes valores começam a divergir, refletindo as mudanças metodológicas feitas na pesquisa de finanças públicas e (a partir do ano 2002) nas contas referência 1985 (quadro 2).

Duas mudanças particularmente importantes para os propósitos deste trabalho são as ocorridas na metodologia de cálculo no valor dos benefícios pagos a servidores públicos federais (em 1999) e estaduais e municipais (no ano 2000) na pesquisa de finanças públicas (quadro 2). Estas mudanças tiveram dois efeitos práticos nos dados da tabela 3. Primeiro, fizeram com que a série das transferências a servidores públicos federais inativos e pensionistas da pesquisa de finanças públicas descolasse (a menor) da série dos benefícios sociais federais sem constituição de fundos referência 1985 nos anos 1999 a 2001. Segundo, aumentaram sobremaneira os valores das transferências de estados e municípios a servidores públicos inativos e pensionistas publicados na pesquisa de finanças públicas.

O motivo do primeiro fenômeno é o fato de que, até 2001, os benefícios federais sem constituição de fundos das contas referência 1985 incluíam os benefícios do

FAT (IBGE, 2003b, notas técnicas). A partir de 2002, entretanto, os benefícios sociais sem constituição de fundos federais (referência 1985) passam a refletir apenas as despesas com benefícios sociais a servidores federais inativos e pensionistas – precisamente como ocorre nas contas referência 2000 – voltando, assim, a “colar” na série das TAPS pagas aos servidores públicos federais da pesquisa de finanças públicas.¹⁰ Deriva daí também que até 1998 – ou seja, até um ano antes da mudança ocorrida na pesquisa de finanças públicas – a série das transferências a servidores públicos federais inativos e pensionistas da pesquisa de finanças públicas também incluía as despesas com os benefícios do FAT (posto que idêntica à série dos benefícios sociais sem constituição de fundos federais referência 1985).

Já para o segundo fenômeno o motivo é o fato de que, a partir do ano 2000, os pagamentos de aposentadorias e pensões feitos pelos institutos oficiais de previdência estaduais e municipais (antes classificados como benefícios sociais *com* constituição de fundos) foram incorporados às estatísticas de pagamento de TAPS aos servidores públicos estaduais e municipais na pesquisa de finanças públicas – que até 1999 incluíam apenas os benefícios sociais *sem* constituição de fundos. Note-se, ademais, que a partir de 2002 as contas referência 1985 deixaram de considerar as “outras transferências de assistência e previdência” (OTAPS) dos estados e municípios como benefícios sociais exclusive transferências sociais em espécie (e, portanto, como TAPS) – um procedimento mantido nas contas referência 2000.

Esses dois fatos permitem duas conclusões. A primeira é que os dados das TAPS de servidores de estados e municípios publicados na pesquisa de finanças públicas a partir do ano 2000 são essencialmente os mesmos utilizados nas contas referência 2000 para o total dos benefícios sociais exclusive transferências sociais em espécie dos governos subnacionais.¹¹ A segunda é que os dados das TAPS de servidores de estados e municípios publicados até 1999 na pesquisa de finanças públicas *não* são

10. O que explica a semelhança da série das transferências a servidores públicos federais inativos e pensionistas da pesquisa de finanças públicas com a série dos benefícios sociais sem constituição de fundos totais referência 2000.

11. Somados aos dados dos saques do FGTS e PIS/PASEP os dados dos benefícios pagos a servidores públicos estaduais e municipais da pesquisa de finanças públicas no período 2000-2003 permitem aproximações muito boas para os “benefícios sociais com constituição de fundos” referência 2000 (quadro 2 e tabela 3) – o que leva à conclusão de que o SCN 2000 manteve a metodologia de IBGE (2002) neste particular.

compatíveis com as contas referência 2000 por dois motivos: primeiro, porque não incluem os pagamentos feitos pelos institutos oficiais de previdência estaduais e municipais e, segundo, porque incluem despesas que não são mais classificadas como benefícios sociais exclusive transferências sociais em espécie.¹²

A discussão anterior sugere que pelo menos dois ajustes (a menor) são necessários para tornar os dados das TAPS do SCN 1985 entre 1995 e 1999 compatíveis com os dados do SCN 2000: *i)* a exclusão dos gastos do SUS com clínicas particulares; e *ii)* a exclusão das OTAPS dos estados e municípios – na metodologia da pesquisa de finanças públicas a partir de 2000 – dos benefícios sociais exclusive transferências sociais em espécie (com e sem constituição de fundos) dos estados e municípios das contas referência 1985, a fim de garantir que apenas as transferências a servidores públicos sejam computadas nestes dados em todos os anos.

Note-se, entretanto, que o valor das TAPS aos servidores públicos do estado de São Paulo utilizado pelo IBGE no cômputo das TAPS de estados e municípios na pesquisa de finanças públicas mais que dobrou em termos nominais entre 1997 (IBGE, 2000b, tabela 21) e 1998 (IBGE, 2001, tabela 22). Tal fato ajuda a explicar o enorme salto nas TAPS de estados e municípios medidas em porcentagem do PIB entre 1997 e 1998 (tabela 4), mas parece ter sido causado por mudanças meramente contábeis. Com efeito, os números divulgados nos relatórios anuais da secretaria de Fazenda do estado de São Paulo (São Paulo, 1999, p. 9; 2000, p. 12) contam histórias inteiramente diferentes dos dados publicados em IBGE (2000b, tabela 21) e IBGE (2001, tabela 22) – registrando, respectivamente, crescimento real de 8,3% e crescimento nominal de 12,3% entre 1997 e 1998. Daí que um terceiro ajuste (a maior) nas TAPS dos estados e municípios entre 1995 e 1997 parece necessário, com o objetivo de uniformizar a metodologia/cobertura dos dados do estado de São Paulo durante todo o período em questão.

12. Esta conclusão foi alcançada a partir da constatação de que: *i)* as OTAPS de estados e municípios publicadas na pesquisa de finanças públicas até 1999 são essencialmente iguais aos benefícios sociais com constituições de fundos (isto é, pagos por institutos oficiais de previdência) de estados e municípios publicados nas contas intermediárias das contas referência 1985; *ii)* isto não é mais verdade a partir do ano 2000; e *iii)* as OTAPS de estados e municípios publicadas na pesquisa de finanças públicas a partir de 2000 não são zero. Parece lícito supor, portanto, que os benefícios dos servidores de estados e municípios da pesquisa de finanças públicas incluíssem gastos que passaram a ser classificados como OTAPS na mesma pesquisa a partir de 2000 – exatamente como ocorria com os dados dos benefícios a servidores federais até 1998.

Por fim, estimativas desagregadas das TAPS por componente devem levar em conta o fato de que os dados disponíveis para o pagamento de funcionários públicos federais inativos e pensionistas na pesquisa de finanças públicas eram idênticos aos dados sobre os benefícios sociais sem constituição de fundos federais das contas referência 1985 e, portanto, incluíam também as despesas do FAT. A tabela 4 apresenta estimativas para as TAPS referência 2000 para os anos 1995-1999 que levam em conta todos os ajustes apontados anteriormente.

TABELA 4
Evolução das TAPS – referência 2000 (1995-1999)
(Valores em porcentagem do PIB)

	1995	1996	1997	1998	1999
RGPS	4,381	4,696	4,887	5,378	5,338
Transferências de estados e municípios a pessoas (referência 1985)	2,144	2,184	2,114	2,646	2,586
Ajuste (referência 2000) nas transferências do estado de São Paulo a pessoas	0,344	0,354	0,208	0,000	0,000
Ajuste (referência 2000) nas transferências de estados e municípios a pessoas – OTAPS	-0,152	-0,152	-0,152	-0,152	-0,152
Transferências de estados e municípios a pessoas (referência 2000)	2,336	2,386	2,170	2,494	2,434
Pagamentos a aposentados e pensionistas da União (referência 1985)	2,433	2,304	2,245	2,493	2,662
Ajuste (referência 2000) nos benefícios dos servidores federais – exclusão do FAT	-0,514	-0,446	-0,423	-0,455	-0,455
Pagamentos a aposentados e pensionistas da União (referência 2000)	1,918	1,858	1,822	2,038	2,207
Saques do FGTS	1,275	1,320	1,451	1,762	1,655
Saques do PIS/PASEP	0,100	0,104	0,107	0,100	0,083
FAT (abono salarial e seguro-desemprego)	0,514	0,446	0,423	0,455	0,455
TIPSFL (referência 1985)	0,275	0,179	0,210	0,225	0,318
Loas/RMV	0,233	0,219	0,249	0,272	0,268
PBF	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
TAPS totais (referência 2000)	11,031	11,209	11,319	12,724	12,758
TAPS totais (referência 1985)	11,930	11,897	11,932	13,618	13,429
Memo: TAPS referência 2000 em % das TAPS referência 1985	92,466	94,214	94,864	93,429	95,006
Ajuste (referência 2000) nos benefícios de assistência social em numerário por conta dos gastos do SUS com clínicas privadas	-0,815	-0,609	-0,529	-0,451	-0,300
TAPS totais (referência 1985) ajustadas apenas pelos gastos do SUS com clínicas privadas	11,115	11,288	11,403	13,167	13,129
Memo: subsídios à produção (referência 2000)	0,507	0,405	0,396	0,341	0,306
Memo: PIB (em R\$ bilhões correntes – referência 2000)	705,64	843,96	939,14	979,27	1065,00

Fonte: Anuário Estatístico da Previdência Social (AEPS) (Brasil, vários números) para o RGPS e Loas/RMV; Demonstrações Financeiras do FGTS (vários números) para os saques do FGTS; IBGE (2004b), contas intermediárias dos setores administração pública e previdência) para as TIPSFLs, para as despesas com os aposentados e pensionistas da União (supostas iguais aos benefícios sem constituição de fundos federais) e para as transferências de estados e municípios a pessoas (supostas iguais aos benefícios estaduais e municipais com e sem constituição de fundos); Relatórios de Gestão do FAT (vários números) para as despesas do FAT; Relatórios de Gestão do Fundo PIS/PASEP (vários números) para os saques do PIS/PASEP (IBGE, 2011) para os subsídios à produção e para o PIB. Os autores para todas as séries ajustadas.

Obs.: 1. Os benefícios de prestação continuada da Loas começaram a ser pagos apenas em 1996.

2. Os valores das TIPSFLs das contas referência 2000 para os anos de 2000 e 2001 (tabela 1) são muito próximos dos valores das contas referência 1985 para estes anos, sugerindo que a metodologia de cálculo da variável permaneceu essencialmente a mesma nos dois sistemas de contas.

3 OS DADOS EM ALTA FREQUÊNCIA

Conforme apresentado na seção anterior, é possível, a partir de diferentes publicações do IBGE, construir uma série de TAPS anuais referência 2000 para o período 1995-2009. Ainda que esse esforço seja meritório por diversos motivos, a grande defasagem na atualização das contas nacionais impede a realização do acompanhamento da política fiscal de maneira mais acurada. Ressalta-se, ainda, que o pequeno número de observações disponíveis na frequência anual inviabiliza a realização de estudos econométricos. Assim, o desenvolvimento de uma metodologia de cálculo das TAPS na frequência trimestral, fazendo-se uso de séries e indicadores disponíveis com maior tempestividade, permite superar os dois pontos levantados.

A construção de estimativas de dados de contas nacionais em alta frequência, entretanto, envolve questões metodológicas e conceituais não triviais (FMI, 2001). Felizmente, para os propósitos deste texto, há dados mensais de boa qualidade para seis dos nove principais componentes das TAPS brasileiras, que são os saques do FGTS e as despesas com os pagamentos dos servidores inativos e pensionistas da União Federal e dos benefícios do RGPS, da Loas-RMV, do PBF e dos programas financiados pelo FAT – que somados representaram cerca de 80% do total das TAPS nos últimos anos. Não há, infelizmente, dados oficiais em alta frequência para os pagamentos dos servidores inativos e pensionistas dos estados e municípios, para as TIPSFLs e para os saques do PIS/PASEP. A pequena relevância em relação ao total das TAPS e ao PIB dos dois últimos faz com que se possa adotar, sem maiores consequências para a qualidade dos dados agregados, a hipótese simplificadora de que se distribuem uniformemente ao longo do ano.

No caso do pagamento dos servidores inativos e pensionistas dos estados e municípios, um conjunto de técnicas computacionais e estatísticas foi utilizado para possibilitar a construção dessas séries por meio de procedimentos de desagregação temporal (*benchmarking*) e previsão contemporânea (*nowcasting*) (FMI, 2001, p. 82). A aplicação dessas técnicas se restringe ao período 2002-2012, no caso dos estados, e 2006-2012, no caso dos municípios, devido à disponibilidade dos indicadores em alta frequência detalhados na próxima subseção. Para anos anteriores aos mencionados, a série em alta frequência foi obtida aplicando-se a sazonalidade dos anos de 2002 (estados) e 2006 (municípios) do procedimento de desagregação temporal – que

consiste na informação do período mais próximo – aos dados anuais de transferências para inativos e pensionistas discutidos na seção anterior.

3.1 Descrição das fontes de dados e da metodologia de cômputo das séries em alta frequência

Os dados primários utilizados no cálculo das TAPS pelo IBGE são os registros administrativos da contabilidade das administrações públicas brasileiras. Há que se ter claro, em primeiro lugar, que a interpretação econômica dos dados primários da contabilidade pública brasileira depende crucialmente da “etapa da execução orçamentária” que descrevem. Faz diferença, em outras palavras, se apenas uma reserva orçamentária foi feita para uma determinada despesa pública (se a despesa foi “empenhada”) ou se o direito do credor da referida despesa já foi reconhecido formalmente pelo governo (se a despesa foi “liquidada”) ou, ainda, se o governo já pagou o referido credor.¹³ Deve-se ter em mente também que a cada momento do tempo são liquidadas e pagas despesas de vários orçamentos. Assim, faz diferença se o dado “liquidado” (ou pago) em determinado ano diz respeito apenas às despesas empenhadas naquele ano, ou se inclui também despesas empenhadas e contabilizadas como “restos a pagar não processados” em anos anteriores, mas liquidadas naquele ano.¹⁴

Neste contexto, cumpre notar que o SCN 2008 é particularmente claro ao afirmar que “como regra geral, transações distributivas devem ser contabilizadas no momento em que dívidas são criadas. Daí, por exemplo, que compensações de empregados, juros, rendas da terra, contribuições e benefícios sociais devem todos ser contabilizados no período no qual são devidos” (ONU *et al.*, 2009, p. 57). Em outras palavras, o SCN se posiciona firmemente a favor da adoção do critério de competência para a contabilização das TAPS, de modo que – em princípio, pelo menos – o conceito mais apropriado da contabilidade pública para sua mensuração é a liquidação efetiva, que fornece o total efetivamente liquidado em determinado ano. Segundo o critério adotado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), este conceito consiste na soma das despesas empenhadas e liquidadas em determinado ano com o pagamento de restos

13. Exatamente o mesmo ponto é feito em ONU *et al.* (2009, p. 55).

14. Os “restos a pagar não processados” consistem em despesas empenhadas em um dado exercício e que não são liquidadas nem canceladas no exercício em questão – podendo, assim, ser executadas em exercícios subsequentes. Já os “restos a pagar processados” são despesas já efetivamente liquidadas e ainda não pagas pelo governo.

a pagar não processados no exercício (isto é, empenhados em exercícios anteriores) menos o total de inscrição em restos a pagar não processados ao final do exercício.

Na prática, entretanto, o conceito de liquidação efetiva pode ser difícil de medir – por conta de dificuldades com a contabilização da liquidação dos chamados “restos a pagar não processados”. Entretanto, grande parte das TAPS (aposentadorias, pensões, benefícios do seguro-desemprego, benefícios da Loas/RMV e do PBF) é devida e paga mensalmente – de modo que a utilização de séries contábeis do pagamento das despesas públicas (isto é, do critério de caixa) não gera maiores distorções na maior parte dos casos.

O quadro 3 lista as fontes de dados utilizadas para estimar cada componente das TAPS. Em diversos casos, foi necessário utilizar valores de fontes secundárias – publicações oficiais como, por exemplo, o Anuário Estatístico da Previdência Social (AEPS) ou o Boletim Estatístico da Previdência Social – e não dos registros contábeis primários da administração pública, tal como aparecem no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) do governo federal. Mas em todos os casos tentou-se replicar os valores das fontes secundárias por meio de consultas no Siafi – tendo em vista que as fontes secundárias raramente são explícitas sobre os conceitos orçamentários.

QUADRO 3

Fontes dos dados em alta frequência utilizados no cálculo das TAPS

Componente	Fonte do dado anual de referência	Fonte dos dados mensais	Comentários
RGPS	A tabela de despesas com benefícios previdenciários do capítulo de contabilidade do AEPS-despesas.	A série mensal de número 2283 do Sistema Gerador de Séries Temporais do Banco Central do Brasil (SGS-BCB). Estes dados são similares aos da demonstração do resultado primário da STN – e, portanto, são contabilizados no conceito de caixa. Neste caso, optou-se por utilizar os valores de caixa das séries da STN, uma vez que os valores anuais dos dados liquidados e de caixa são muito próximos, mas a sazonalidade dos dados liquidados é contraintuitiva (com forte queda em dezembro), de modo que deve estar sendo afetada por questões ligadas a alterações de procedimentos contábeis no Siafi.	1) Os dados do Siafi deixam claro que os dados do AEPS-despesas são liquidados. 2) Até 2003 os dados do RGPS do AEPS-despesas incluíam os pagamentos da RMV. Estes últimos foram expurgados do dado anual nestes anos.
Benefícios Loas e RMV	A tabela de despesas com benefícios previdenciários do capítulo de contabilidade do AEPS-despesas.	A série mensal de número 2284 do SGS-BCB. Estes dados são similares aos da demonstração do resultado primário da STN – e, portanto, são contabilizados no conceito de caixa. Neste caso, optou-se por utilizar os valores de caixa das séries da STN.	1) Os dados do Siafi deixam claro que os dados do AEPS-despesas são liquidados. 2) Até 2003, os dados dos “benefícios ao deficiente e ao idoso” do AEPS-despesas não incluíam os pagamentos da RMV. Estes últimos foram somados aos dados anuais nestes anos.

(Continua)

(Continuação)

Componente	Fonte do dado anual de referência	Fonte dos dados mensais	Comentários
PBF	Siafi a partir de 2005 e com a fonte secundária do Siga Brasil, do Senado Federal, entre 2002 e 2004.	Siafi a partir de 2005 e com a fonte secundária do Siga Brasil, do Senado Federal, entre 2002 e 2004. Até 2004 o PBF era calculado como a soma dos programas listados na Lei nº-10.836/04, sob o elemento de despesa "outros auxílios financeiros à pessoa física".	Os valores utilizados são os liquidados.
FGTS	Valor dos saques regulares do FGTS somado aos pagamentos de créditos adicionais por conta da Lei Complementar (LC) nº 110/2001, tal como disponibilizado nos relatórios de gestão do FGTS.	Valor dos saques mensais regulares do FGTS exclusive pagamentos de créditos adicionais por conta da LC nº 110/2001. Série disponível em < http://www.fgts.gov.br > (consulta feita em abril de 2013). Estes dados aparentemente são contabilizados no conceito de caixa. A utilização de dados de caixa se deve à inexistência de dados contabilizados no regime de competência.	Os valores dos saques da LC nº 110/2001 são muito significativos nos anos 2002-2005. Não foram encontrados dados de alta frequência sobre estes saques, entretanto, de modo que os valores foram distribuídos uniformemente ao longo do ano.
Servidores federais inativos e pensionistas	De 2000 a 2009 os dados dos benefícios sociais sem constituição de fundos do SCN 2000. Nos outros anos, a soma anual das séries 7868 e 7569 do SGS-BCB.	As séries mensais de número 7568 e 7569 do SGS-BCB.	As diferenças entre os dados liquidados e pagos do Siafi e os valores somados das séries 7568 e 7569 do SGS-BCB são todas pequenas.
Benefícios do FAT	Demonstrativo de execução financeira da Coordenação Geral de Recursos do FAT do Ministério do Trabalho e Emprego (CFGAT-MTE).	Séries mensais do Demonstrativo de execução financeira da CFGAT-MTE.	As diferenças entre os dados liquidados e pagos do Siafi e os dados da CGFAT-MTE são todas pequenas.
Inativos Estados	Pesquisa de finanças públicas do IBGE (1995-2001). Execução Orçamentária dos Estados (2002-2011) e Balanços Gerais dos Estados (2012).	Séries mensais dos Portais de Transparência dos estados do Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo no período de 2002 a 2012. Séries mensais do mesmo período do Distrito Federal (DF) obtidas por contato direto.	1) As séries consistem na soma dos elementos de despesa "Aposentadorias e reformas", "Pensões" e "Outros benefícios previdenciários" dos grupos de natureza de despesas (GNDs) 1 e 3 e "Salário família" do GND3 (ver nota de rodapé 17). 2) Os dados mensais dos portais são compatíveis com os dados da Execução Orçamentária dos Estados (EOE).
Inativos Municípios	Pesquisa de finanças públicas do IBGE (1995-2001) e Finanças do Brasil: dados contábeis do município (Finbra) (2002-2011).	Séries bimestrais no período 2006-2012 dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (RREOs).	As séries bimestrais dos RREOs consistem no campo "Previdência" das "Despesas previdenciárias" divulgados no anexo de RPPS.

Fonte: Elaboração dos autores.

A estimação dos valores trimestrais dos seis componentes que dispõem de informações mensais – RGPS, Loas/RMV, PBF, FGTS, servidores inativos e pensionistas da União e benefícios do FAT – é trivial, consistindo em acumular os dados a cada trimestre. Entretanto, em alguns casos, essas informações não estão disponíveis ao longo de todo o período, de modo que foi necessário utilizar hipóteses simplificadoras para completar as séries. No caso do RGPS, a série do BCB está disponível somente a partir de 1996, enquanto a STN a publica a partir de 1997. Como em ambos os casos as séries são mensuradas pelo critério de caixa, os valores de 1995 foram obtidos aplicando-se a sazonalidade de 1996 da série do BCB ao valor anual liquidado obtido no AEPS-despesas.

Além disso, no período 1995-2003 os valores do RMV eram computados conjuntamente com o RGPS, de forma que foi necessário expurgá-los. Como não há informação disponível em alta frequência nesse caso, utilizou-se a sazonalidade de cada ano da série do RGPS na informação anual do RMV do AEPS-despesas para obter a série do RMV no período. Esses valores foram, então, somados aos valores do Loas para a construção da série Loas/RMV. Além disso, como a série do Loas publicada pela STN se inicia em 1999, as informações mensais do período 1995-1998 foram obtidas aplicando-se a sazonalidade de 1999 da série da STN ao valor anual liquidado obtido no AEPS-despesas.

O mesmo procedimento foi realizado para a obtenção dos dados do FGTS no período 1995-1996, uma vez que os valores dos saques mensais somente estão disponíveis a partir de 1997. Assim, a sazonalidade desse ano foi aplicada aos dados anuais de 1995 e 1996. Além disso, os valores de saques de FGTS referentes à LC nº 110/2001 foram distribuídos uniformemente ao longo dos anos, dado que os relatórios de gestão do FGTS só trazem a informação anual.¹⁵ No caso dos pagamentos a servidores e pensionistas da União, as séries do BCB se iniciam em 1996, de modo que os valores de 1995 foram obtidos aplicando-se a sazonalidade de 1996 desses dados ao valor anual obtido na pesquisa de finanças públicas apresentado na seção anterior. Os valores dos benefícios do FAT, ou seja, abono e seguro-desemprego, e do PBF não sofreram nenhum tipo de ajuste.

Para os valores de pagamentos de servidores inativos e pensionistas dos entes subnacionais, ou seja, dos 27 estados e dos 5.565 municípios, foram utilizados os procedimentos desagregação temporal e previsão contemporânea por modelos de espaço de estados (Dias, Issler e Rodrigues, 2010; Orair *et al.*, 2011; Orair e Silva, 2012). A ideia básica desses procedimentos é utilizar a informação em alta frequência de indicadores que se aproximam (proporcionalmente e/ou conceitualmente) das séries-objetivo na frequência anual para estimar o comportamento intraperíodo destas últimas – o que consiste no procedimento de desagregação temporal – ou projetá-las quando o dado anual ainda não se encontra disponível – o que consiste

15. O mesmo procedimento foi aplicado aos valores do PIS/PASEP, como destacado anteriormente.

no procedimento de previsão contemporânea.¹⁶ No caso dos estados, a informação anual de referência foi obtida na EOE no período 2002-2011 e nos balanços gerais dos estados para 2012, e os indicadores mensais foram obtidos nos portais de transparência (e contato direto) conforme descrito no quadro 3.

A série indicadora construída a partir dos portais representa cerca de 60% dos valores anuais de referência dos 26 estados (mais DF) obtidos na EOE e no balanço geral. Os valores da série no período 1995-2001 foram atingidos aplicando-se a sazonalidade de 2002, obtida pelo procedimento de desagregação temporal, aos dados anuais de referência discutidos na seção anterior. A construção da série dos municípios, por sua vez, requereu a construção de uma série anual de referência a partir do Finbra no período 2002-2011, complementado para os valores faltantes seguindo a metodologia apresentada em Orais *et al.* (2011).

A partir dessas informações foi utilizado um procedimento de desagregação em dois passos para construir a série mensal de pagamento de servidores inativos e pensionistas dos municípios no período 2006-2011. Primeiro, os dados foram desagregados para a frequência bimestral a partir das informações de 185 municípios com séries completas entre 2006 e 2011 publicadas no RREOs. Em seguida, a série bimestral dos municípios de 2006-2011 foi desagregada para a frequência mensal utilizando a série mensal dos estados. Por fim, como o Finbra 2012 ainda não está disponível, os valores para esse ano foram projetados por um procedimento de *nowcasting* a partir dos indicadores dos estados. Seguindo o que foi feito para os estados, os valores do período 1995-2005 foram obtidos aplicando-se a sazonalidade de 2006 aos valores anuais de referência discutidos na seção anterior para o período 1995-2001 e do Finbra complementado para o período 2002-2005.

Além de construir estimativas dos benefícios sociais exclusive transferências sociais em espécie conforme descrito, é necessário também estimar as TIPSFLs para se obterem estimativas das TAPS agregadas. As estimativas das TIPSFLs utilizadas neste trabalho foram calculadas somando-se todos os valores “empenhados” em um dado ano

16. O detalhamento formal das técnicas de espaço-estado utilizadas neste trabalho encontra-se em Harvey (1989) e Monch e Uhlig (2005).

que foram contabilizados na “modalidade de aplicação 50” dos GNDs 1 e 3¹⁷ do Siafi para a União e nas bases de dados EOE e Finbra da STN para estados e municípios. Por ora, não foi possível avançar na construção de indicadores em alta frequência para as TIPSFLs, de maneira que se optou por distribuir os dados anuais uniformemente ao longo do ano para não afetar a sazonalidade da série das TAPS totais.

A seguir são apresentadas as estimativas das TAPS obtidas seguindo a metodologia descrita nesta seção.

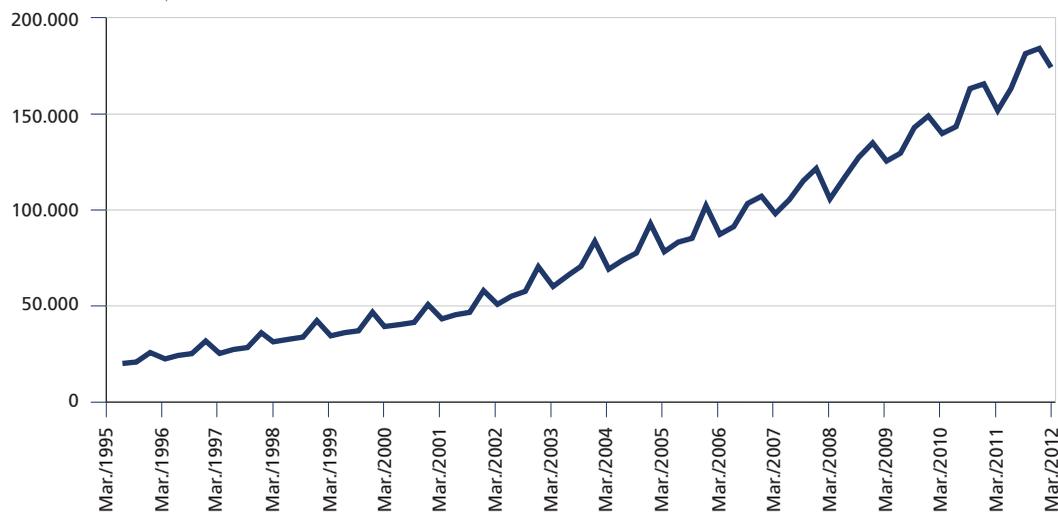
3.2 Estimativas das TAPS em alta frequência

O gráfico 1 apresenta as estimativas trimestrais das TAPS no período 1995-2012, cujos dados são disponibilizados na tabela A.1 do anexo A, enquanto a tabela 5 sumariza as informações em frequência anual e as compara com os valores oficiais do IBGE. Como era de se esperar, devido principalmente ao pagamento de décimo terceiro salário de aposentados e pensionistas, a série trimestral das TAPS possui uma marcada sazonalidade no último trimestre do ano – gráfico 1A.

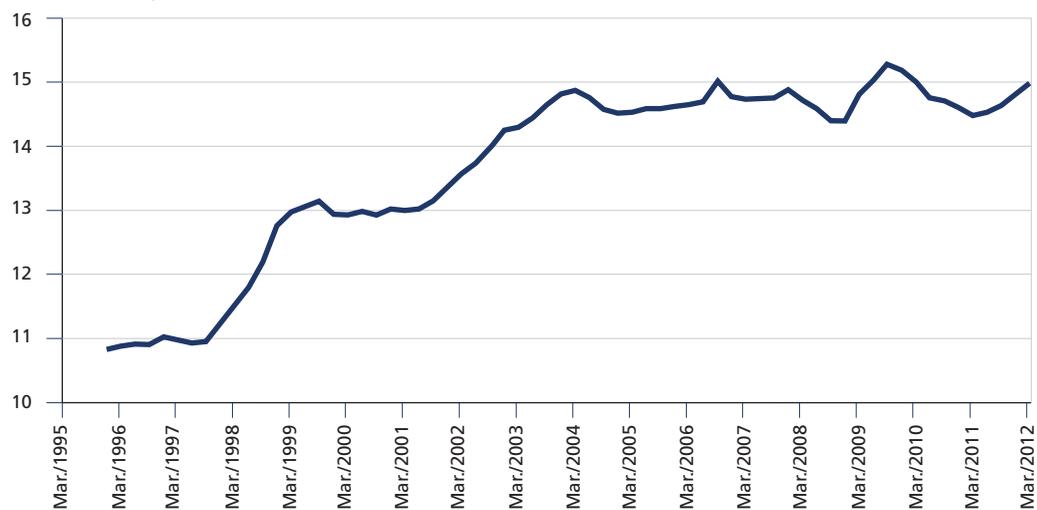
17. Os termos entre aspas são conceitos da contabilidade pública brasileira. Todas as transferências de recursos públicos a instituições privadas sem fins lucrativos devem, por definição, ser contabilizadas na “modalidade de aplicação 50”. Os GNDs 1 e 3 são, respectivamente, os gastos com “pessoal e encargos sociais” e com “outras despesas correntes”. Dada a natureza “corrente” e “secundária” das TIPSFLs, não faz sentido incluir na estimativa os demais grupos relevantes de despesas públicas, a saber: GND 2 (juros); GND 4 (investimentos); e GND 5 (inversões financeiras).

GRÁFICO 1
Evolução trimestral das TAPS

1A – Em R\$ milhões



1B – Em % do PIB



Elaboração dos autores.

Os dados da tabela 5, por sua vez, deixam claro que: *i*) a metodologia descrita gera estimativas que variam entre 97% e 99,8% das TAPS totais publicadas no SCN 2000; *ii*) a qualidade destas estimativas aumenta no final da amostra; *iii*) as estimativas dos benefícios de seguridade social em numerário e dos benefícios sociais com constituição de fundos são relativamente melhores que as dos benefícios sociais sem constituição de fundos e (principalmente) dos benefícios de assistência social em numerário; *iv*) afora

subestimativas relativamente grosseiras dos benefícios de assistência social em numerário no início da amostra, os erros por componente geralmente são negativos e não ultrapassam a casa dos 5%; e *v*) as estimativas deste texto para as TIPSFLs sempre subestimam os números do IBGE, variando de 5% a 19%. Conclui-se, assim, que as estimativas propostas são bastante precisas, ainda que, em geral, apresentem um leve viés de subestimação, principalmente nos casos dos benefícios assistenciais e dos pagamentos dos servidores públicos federais inativos e de seus pensionistas.

TABELA 5
Estimativas das TAPS e comparações com os dados oficiais do IBGE
Dados oficiais do IBGE (R\$ bilhões)

	Dados oficiais do IBGE (R\$ bilhões)												
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
PIB	1179,5	1302,1	1477,8	1699,9	1941,5	2147,2	2369,5	2661,3	3032,2	3239,4	-	-	-
Benefícios sociais, exceto transferências sociais em espécie	147,1	167,0	199,4	237,5	262,6	296,4	335,2	374,1	416,9	469,0	-	-	-
Benefícios de seguridade social em numerário	70,9	82,0	94,7	116,9	132,5	153,9	176,7	195,7	216,1	245,8	-	-	-
Benefícios sociais com constituição de fundos	48,0	52,0	65,4	76,0	76,9	82,4	90,5	102,3	114,2	123,2	-	-	-
Benefícios sociais sem constituição de fundos	25,4	29,9	33,5	36,5	40,3	44,3	48,8	53,5	59,6	67,8	-	-	-
Benefícios de assistência social em numerário	2,8	3,1	5,9	8,0	13,0	15,9	19,3	22,7	26,9	32,1	-	-	-
Transferências de assistência e previdência	150,8	171,1	204,7	244,3	271,8	307,8	347,2	387,5	432,9	486,9	-	-	-
Transferências às instituições privadas sem fins lucrativos	3,7	4,1	5,3	6,8	9,2	11,3	12,0	13,4	15,9	18,0	-	-	-
	Elaboração própria (R\$ bilhões)												
Benefícios sociais, exceto transferências sociais em espécie	147,0	167,5	194,0	231,4	262,7	294,4	332,6	378,6	417,4	472,8	525,5	586,9	661,2
Benefícios de seguridade social em numerário	69,0	79,6	93,5	113,9	135,2	157,4	180,5	203,3	220,3	252,0	284,1	315,6	356,5
Benefícios sociais com constituição de fundos	49,7	54,4	63,6	73,2	75,6	79,0	86,6	100,1	110,7	121,9	132,4	150,7	172,5
Benefícios sociais sem constituição de fundos	24,9	29,3	31,7	37,1	40,0	42,4	46,5	52,3	59,9	68,3	73,3	79,0	82,4
Benefícios de assistência social em numerário	3,5	4,3	5,2	7,2	11,9	15,6	19,0	22,9	26,5	30,7	35,8	41,5	49,7
Transferências de assistência e previdência	150,7	171,6	199,0	237,1	270,2	304,0	343,6	390,6	431,3	487,8	548,9	611,8	688,1
Transferências às instituições privadas sem fins lucrativos	3,7	4,1	5,0	5,7	7,5	9,5	10,9	12,1	13,9	14,9	23,4	24,9	26,9

(Continua)

(Continuação)

	Discrepância (%)												
Benefícios sociais, exceto transferências sociais em espécie	-0,1	0,3	-2,7	-2,6	0,0	-0,7	-0,8	1,2	0,1	0,8	-	-	-
Benefícios de seguridade social em numerário	-2,7	-3,0	-1,2	-2,6	2,1	2,3	2,2	3,9	1,9	2,5	-	-	-
Benefícios sociais com constituição de fundos	3,4	4,6	-2,7	-3,8	-1,6	-4,1	-4,3	-2,1	-3,1	-1,0	-	-	-
Benefícios sociais sem constituição de fundos	-2,2	-1,9	-5,3	1,5	-0,9	-4,1	-4,7	-2,4	0,4	0,6	-	-	-
Benefícios de assistência social em numerário	26,9	37,3	-12,5	-10,0	-8,3	-1,8	-1,2	1,0	-1,6	-4,5	-	-	-
Transferências de assistência e previdência	-0,1	0,3	-2,8	-3,0	-0,6	-1,2	-1,0	0,8	-0,4	0,2	-	-	-
Transferências às instituições privadas sem fins lucrativos	-	-	-5,1	-16,3	-18,9	-16,0	-8,5	-10,1	-12,5	-17,0	-	-	-

Fonte: Dados descritos na subseção 3.1 deste texto.
Elaboração dos autores.

4 BREVES NOTAS SOBRE A EVOLUÇÃO DAS TAPS E DE SEUS PRINCIPAIS COMPONENTES NO PERÍODO 1995-2012

Tomados em conjunto, os dados descritos nas seções anteriores resumem vários fatos estilizados associados à dinâmica das TAPS nos últimos dezoito anos, a saber: *i*) o rápido crescimento até 2006 (partindo de 4,4% do PIB em 1995) e a posterior estabilização (na casa dos 6,7% do PIB) dos benefícios do RGPS (o dado de 2012 reflete o baixo crescimento da economia neste último ano); *ii*) o rápido crescimento dos benefícios do FAT e da Loas/RMV na última década, após relativa estagnação no primeiro governo Fernando Henrique Cardoso (FHC); *iii*) a criação e a consolidação do PBF – cujo custo para os cofres públicos gira hoje em torno de 0,4% do PIB; *iv*) a relativa estabilidade, ao longo de todo o período em questão, do peso das transferências a servidores públicos inativos e pensionistas no PIB – tanto na União quanto nos estados e municípios; *v*) o declínio da importância relativa tanto dos subsídios à produção quanto dos saques do fundo residual do PIS/PASEP; e *vi*) a relativa estabilidade dos saques do FGTS em porcentagem do PIB desde 1997.¹⁸

18. Isso fica evidente quando se considera que os valores – atipicamente altos – de 2002 até 2004 ocorreram em razão da decisão judicial que levou à promulgação da LC nº 110/2001.

Registre-se, ademais, que as TAPS agregadas subiram cerca de 4 pontos percentuais (p.p.) do PIB entre 1995 e 2011, contribuindo para atenuar o impacto do aumento da carga tributária bruta da economia sobre a renda disponível do setor privado no período – e que este crescimento foi puxado fundamentalmente pelos benefícios do RGPS e, na última década, pelas despesas da dupla Loas/RMV e PBF (que pularam de 0,27% do PIB em 1999 para mais de 1,1% do PIB em 2012). Destaque-se, ainda, que os benefícios de prestação continuada previstos na Loas começaram a ser pagos em 1996, que o PBF foi criado no final de 2003 e que ambos os programas representaram mudanças qualitativas cruciais na política de assistência social do país.

Os novos dados referência 2000 para os anos 1995-1999 fazem maior justiça ao aumento das TAPS no período pós-real e qualificam a percepção, por exemplo, de Santos, Macedo e Silva e Ribeiro (2010), de queda no peso relativo das transferências aos servidores públicos aposentados e pensionistas – que deixa de existir quando se controla pelas mudanças metodológicas ocorridas na passagem dos dados referência 1985 para os dados referência 2000. A série estendida permite, ainda, que se aprecie melhor o rápido aumento dos gastos com o FAT a partir de 2006 – em contraste com a relativa estagnação em porcentagem do PIB verificado nos onze anos imediatamente anteriores.

Note-se, ainda, que o enorme “pulo” da série das TAPS em porcentagem do PIB em 1998 se mantém – ainda que um pouco atenuado (pelo ajuste nos dados do estado de São Paulo na tabela 4) – na série ajustada. Tal como ocorreu em 2009 e 2012 – anos nos quais as TAPS medidas em porcentagem do PIB cresceram acentuadamente –, o PIB praticamente não cresceu em termos reais em 1998. Também como em 2009 e 2012, vários tipos de transferências (mas principalmente as despesas com benefícios do RGPS) contribuíram para o aumento das TAPS em porcentagem do PIB em 1998. O que realmente diferencia o desempenho das TAPS em 1998 em relação a 2009 e 2012 é o ritmo de crescimento dos gastos com os benefícios do RGPS – na época superior a 10% reais anuais contra os cerca de 4% reais anuais registrados atualmente – e, curiosamente, o crescimento (de mais de 0,3% do PIB) dos saques do FGTS. Este último ocorreu por conta de uma elevação nominal de mais de 50% no valor dos

saques por conta de dispensas sem justa causa, contra uma variação de menos de 5% no deflator do PIB.¹⁹

Em suma, a história revelada pelos dados apresentados neste trabalho registra um crescimento gradual e contínuo das TAPS no período 1995-2012 – por oposição ao padrão mais errático da série que se obtém concatenando os dados das contas nacionais referência 1985 para os anos 1995-1999 com os dados das contas nacionais referência 2000 para os anos 2000-2009 (Santos, Macedo e Silva e Ribeiro, 2010). Os novos dados confirmam, entretanto, a conclusão dos autores de que o crescimento das TAPS nos últimos dezoito anos foi puxado pelos componentes que afetam mais diretamente o bem-estar dos estratos mais vulneráveis da população brasileira (RGPS, PBF, Loas/RMV e FAT).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas seções anteriores foram apresentadas estimativas anuais e trimestrais das TAPS brasileiras no conceito das contas nacionais referência 2000 para o período 1995-2012 e discutidos os detalhes das metodologias de estimação utilizadas em cada caso. Conquanto diversos cuidados tenham sido tomados para garantir a qualidade das estimativas apresentadas – de modo a justificar a utilização dessas séries em exercícios macroeconômicos²⁰ – muito ainda pode ser feito para refiná-las.

Conforme visto, os dados primários utilizados no cálculo das TAPS pelo IBGE são registros administrativos da contabilidade das administrações públicas (em alguns casos, tal como reportados em fontes secundárias), de forma que as estimativas disponíveis para as TAPS sofrem de todos os problemas clássicos associados a medidas calculadas a partir de agregações de registros administrativos. Em particular, não há como garantir: *i*) a homogeneidade dos procedimentos contábeis utilizados pelos entes federados envolvidos (a União, o Distrito Federal, os 26 estados e os 5.565 municípios brasileiros); *ii*) a consistência intertemporal dos procedimentos contábeis utilizados por cada um destes entes federados; e *iii*) a acurácia das informações primárias utilizadas

19. Registre-se que em 2009 os saques do FGTS por conta de dispensas sem justa causa também cresceram significativamente – ainda que em um ritmo bem menor, cerca de 10% reais anuais.

20. Tendo em vista que as estimativas de Santos, Macedo e Silva e Ribeiro (2010) mostraram-se úteis em Schettini *et al.* (2012).

pelos (literalmente milhares de) contadores públicos envolvidos.²¹ Este problema é mitigado, certamente, pelo fato de perto de três quartos das TAPS brasileiras serem de responsabilidade do governo federal – cujos dados, em princípio, são de boa qualidade. Mas isto não deve obscurecer o fato de que ainda há um longo caminho a percorrer até que os dados dos governos subnacionais brasileiros reflitam precisamente a realidade destes governos.

Com efeito, as contas nacionais referência 2000 desconsideram, por construção, todo e qualquer benefício social pago pelos governos estaduais e municipais que não seja destinado a servidores públicos aposentados e pensionistas – o que equivale a desconsiderar, por exemplo, todos os programas de transferência de renda dos governos subnacionais (que têm adquirido importância crescente nos últimos anos). As contas referência 2000 adotam, ainda, a simplificação – flagrantemente imprecisa – de que todos os pagamentos feitos a servidores ativos e aposentados dos governos subnacionais são feitos por fundos autônomos. Em ambos os casos, melhorias serão possíveis quando mais e melhores dados sobre os governos subnacionais estiverem disponíveis no futuro. Isto sem esquecer que mais e melhores dados sobre os governos subnacionais também nos últimos anos do século passado permitiram refinamentos importantes no exercício de retroposição da seção 2.

Felizmente para os propósitos da mensuração das TAPS no Brasil, a disponibilidade e a qualidade dos dados disponíveis sobre as finanças públicas (inclusive dos governos estaduais e das prefeituras) brasileiras têm, ambas, crescido exponencialmente. Este último fato e a importância macroeconômica do fenômeno permitem antecipar que estimativas mais confiáveis estarão disponíveis nos próximos anos.

21. São vários os motivos para isto. Primeiramente, os contadores públicos têm fortes incentivos a aperfeiçoar e personalizar os dados que produzem a cada ano – posto que são legalmente responsáveis por estes dados perante os tribunais de contas e o poder judiciário –, mas praticamente nenhum incentivo para rever contas já aprovadas pelos órgãos de controle. Em segundo lugar, produzir dados de boa qualidade exige técnicos qualificados e com os recursos disponíveis para fazê-lo – e a maior parte das prefeituras, e mesmo alguns governos estaduais, não têm os meios para treinar e/ou manter os referidos técnicos, optando por contratar serviços de escritórios privados de contabilidade. Em terceiro, a própria complexidade da contabilidade pública – e as mudanças contínuas que sofre para se adequar a novas circunstâncias – dificulta(m) a homogeneização das interpretações de contadores distintos sobre o mesmo fenômeno. Em quarto lugar, interpretações contábeis distintas frequentemente não são neutras do ponto de vista dos interesses dos governantes – cuja influência na produção de dados públicos não deve ser subestimada.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, J. Política social no Brasil: marco conceitual e análise da ampliação do escopo, escala e gasto público. **Revista brasileira de monitoramento e avaliação**, n.1, p. 66-95, 2011.

ANSILIERO, G. Evolução na concessão e emissão de benefícios assistenciais de prestação continuada. **Informe de Previdência Social**. Brasília: Ministério da Previdência Social, v. 18, n. 10, 2005.

BRASIL. Ministério da Previdência Social. **Projeções atuariais para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS**. Brasília: Ministério da Previdência Social, 2001.

_____. Ministério da Previdência Social. **Base de financiamento da Previdência Social: alternativas e perspectivas**. Brasília: MPS, 2003.

_____. Ministério da Previdência Social. **Anuário Estatístico da Previdência Social**. Brasília-DF (vários números).

_____. Tribunal de Contas da União. **Relatório de acompanhamento do Programa Bolsa Família**. Brasília: TCU, 2006.

CARVALHO, C. E.; PINHEIRO, M. S. FGTS: avaliação das propostas de reforma e extinção. **Economia e sociedade**, Campinas, n. 15, p. 49-83, dez. 2000.

CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO. **Relatório de gestão do FGTS**. Brasília-DF (vários números).

DIAS, V. P.; ISSLER, J. V.; RODRIGUES, C. Interpolação de variáveis fiscais brasileiras usando representação de espaço de estados. *In*: ENCONTRO BRASILEIRO DE ECONOMETRIA, 38; 2010. **Anais Eletrônicos...** Salvador, Bahia: SBE, 2010.

FGV – FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. Sistema de contas nacionais para o Brasil. **Revista brasileira de economia**, v. 10, n. 4, p. 7-29, 1956.

_____. Brasil: sistema de contas nacionais 1947/1956. **Revista brasileira de economia**, v. 11, n. 4, p. 10-126, 1957.

_____. Nota metodológica das contas nacionais do Brasil. **Revista brasileira de economia**, v. 13, n. 3, p. 39-75, 1959.

_____. Contas nacionais do Brasil 1947/1961. **Revista brasileira de economia**, v. 16, n. 1, p. 7-37, 1962.

FMI – FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL. **Quarterly national accounts manual concepts, data sources, and compilation**. Washington: FMI, 2001.

GIAMBIAGI, F. **Brasil raízes do atraso: paternalismo versus produtividade.** Rio de Janeiro: Campus, 2007.

GIAMBIAGI, F.; TAFFNER, P. **Demografia: a ameaça invisível.** Rio de Janeiro: Campus, 2010.

HARVEY, A. C. **Forecasting, structural time series models and the Kalman filter.** Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1989.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regionalização das transações do setor público 1991.** Metodologia, v. 1. Departamento de Contas Nacionais. Rio de Janeiro: IBGE, 1995.

_____. **Regionalização das transações do setor público.** Departamento de Contas Nacionais. Rio de Janeiro: IBGE, 2000a. (Série Relatórios Metodológicos, n. 20).

_____. **Regionalização das transações do setor público: atividade de administração pública.** v. 2, 1994-1997. Departamento de Contas Nacionais. Rio de Janeiro: IBGE, 2000b.

_____. **Regionalização das transações do setor público 1999: atividade de administração pública.** Departamento de Contas Nacionais. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

_____. **Sistema de contas nacionais Brasil 2000-2002.** Coordenação de Contas Nacionais. Rio de Janeiro: IBGE, 2003a.

_____. **Regionalização das transações do setor público 2000: atividade de administração pública.** Coordenação de Contas Nacionais. Rio de Janeiro: IBGE, 2003b.

_____. **Sistema de contas nacionais Brasil.** Coordenação de Contas Nacionais. Rio de Janeiro: IBGE, 2004a. (Série Relatórios Metodológicos, n. 24).

_____. **Sistema de contas nacionais Brasil 2003.** Coordenação de Contas Nacionais. Rio de Janeiro: IBGE, 2004b.

_____. **Finanças públicas do Brasil 2002-2003.** Coordenação de Contas Nacionais. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

_____. **Sistema de contas nacionais Brasil.** 2. ed. Coordenação de Contas Nacionais. Rio de Janeiro: IBGE, 2008a. (Série Relatórios Metodológicos, n. 24).

_____. **Administração pública.** Coordenação de Contas Nacionais. Rio de Janeiro: IBGE, 2008b. (Nota metodológica, n. 11).

_____. **Sistema de contas nacionais Brasil 2005-2009.** Coordenação de Contas Nacionais. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

_____. **Contas nacionais trimestrais indicadores de volume e valores correntes julho/setembro 2012.** Indicadores IBGE. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **PNAD 2009** – Primeiras análises: distribuição de renda entre 1995 e 2009. Brasília, DF: Ipea, 2010. (Comunicados do Ipea, n. 63).

MARINHO, D. N. C.; BALESTRO, M.V.; WALTER, M. I. M.T. (Org.). **Políticas públicas de emprego no Brasil**: avaliação externa do Programa Seguro-Desemprego. Brasília: Verbis, 2010.

MONCH, E.; UHLIG, H. Towards a monthly business cycle chronology for the euro area. **Journal of business cycle measurement and analysis**, v. 2, n.1, 2005.

NOGUEIRA, N. G. **O equilíbrio financeiro e atuarial dos RPPS**: de princípio constitucional a política de estado. Brasília: Secretaria de Políticas de Previdência Social. Ministério da Previdência e Assistência Social. 2012. (Coleção Previdência Social, v. 34).

ORAIR, R. O. *et al.* Uma metodologia de construção de séries de alta frequência das finanças municipais no Brasil com aplicação para o IPTU e o ISS: 2004-2010. **Pesquisa e planejamento econômico**, v. 41, n. 3, 2011.

ORAIR, R. O.; SILVA, W. J. **Investimentos dos governos subnacionais no Brasil**: estimação e análise por modelos de espaço de estado. Brasília: Ipea, 2012. (Texto para Discussão, n. 1.771).

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS *et al.* **System of national accounts 2008**. Nova York: ONU. 2009.

PAES DE BARROS, R.; FOGUEL, M.; ULYSSEA, G. (Org.). **Desigualdade de renda no Brasil**: uma análise da queda recente. Rio de Janeiro: Ipea, v. 1, 2007.

REIS, E. *et al.* O século XX nas contas nacionais. **Estatísticas do século XX**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

SANTOS, C. H. M.; MACEDO E SILVA, A. C.; RIBEIRO, M. B. Uma metodologia de estimação da carga tributária líquida brasileira trimestral no período 1995-2009. **Economia contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 209-236, maio/ago. 2010.

SÃO PAULO. **Relatório do tesouro estadual**: exercício de 1998. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1999.

_____. **Balanco geral**: contas do exercício de 1999. Relatório de secretário. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 2000.

SCHETTINI, B. P. *et al.* Novas evidências empíricas sobre a dinâmica trimestral do consumo das famílias brasileiras no período 1995-2009. **Economia e sociedade**, v. 21, n. 2, p. 607-641, 2012.

SILVEIRA, F. G. **Tributação, previdência e assistência sociais**: impactos redistributivos. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia da Unicamp, Campinas, 2008.

SOARES, S.; SÁTYRO, N. **O Programa Bolsa Família: desenho institucional, impactos e possibilidades futuras.** Brasília: Ipea, 2009. (Texto para Discussão, n. 1.424).

VAITSMAN, J.; PAES-SOUZA, R. (Org.). **Avaliação de políticas e programas do MDS – resultados volume 2 – Bolsa família e assistência social.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. 2007.

APÊNDICES

APÊNDICE A

TABELA A.1

Estimativas propriamente ditas de cada componente das TAPS
 (Em R\$ milhões nominais)

Data	PIB	Abono e seguro-desemprego	RGPS (exclusive RMV)	RPPS-GE	RPPS-GM	FGTS	RPPS-GF	PBF+ auxílios	Benefícios assistenciais (Loas e RMV)	Outras TAPS	TAPS
Mar./1995	156.930	665	6.662	2.694	554	1.851	3.247	0	380	389	16.442
Jun./1995	170.781	883	7.049	2.770	538	2.284	3.749	0	404	389	18.066
Set./1995	180.260	746	7.552	2.971	680	2.348	3.629	0	433	389	18.749
Dez./1995	197.670	998	9.780	4.081	776	2.511	4.055	0	552	389	23.143
Mar./1996	185.696	739	8.513	3.314	628	2.293	3.664	0	420	368	19.938
Jun./1996	202.822	891	9.007	3.408	609	2.829	4.230	0	448	368	21.791
Set./1996	216.436	706	9.650	3.656	770	2.909	4.095	0	479	368	22.633
Dez./1996	239.011	1.496	12.497	5.021	879	3.111	4.575	0	606	368	28.553
Mar./1997	213.530	798	9.833	3.530	718	2.805	4.098	0	499	445	22.726
Jun./1997	232.515	975	10.070	3.630	697	3.461	4.788	0	527	445	24.593
Set./1997	240.815	1.010	10.942	3.893	882	3.558	4.203	0	568	445	25.501
Dez./1997	252.287	1.191	14.657	5.347	1.006	3.805	5.260	0	704	445	32.416
Mar./1998	228.579	942	11.330	4.724	822	3.706	4.541	0	580	549	27.195
Jun./1998	249.212	1.048	11.628	4.858	797	4.480	5.426	0	619	549	29.407
Set./1998	249.543	1.392	12.433	5.211	1.008	4.332	4.802	0	660	549	30.389
Dez./1998	251.942	1.252	16.457	7.158	1.150	4.734	6.009	0	793	549	38.103
Mar./1999	243.152	980	12.626	5.074	863	4.452	5.156	0	626	1.226	31.003
Jun./1999	266.349	1.168	12.873	5.217	838	4.534	5.945	0	673	1.226	32.474
Set./1999	265.252	1.302	13.567	5.596	1.059	4.296	5.573	0	712	1.226	33.332
Dez./1999	290.246	1.071	18.171	7.687	1.209	4.342	6.376	0	837	1.226	40.919
Mar./2000	269.646	1.044	13.800	5.704	1.106	4.264	5.803	0	762	1.845	34.327

(Continua)

(Continuação)

Data	PIB	Abono e seguro- desemprego	RGPS (exclusive RMV)	RPPS-GE	RPPS-GM	FGTS	RPPS-GF	PBF+ auxílios	Benefícios assistenciais (Loas e RMV)	Outras TAPS	TAPS
Jun/2000	291.182	1.155	14.522	5.865	1.074	4.474	6.533	0	830	1.845	36.298
Set/2000	300.681	1.340	15.433	6.291	1.358	4.391	5.722	0	888	1.845	37.267
Dez/2000	317.974	1.146	20.525	8.641	1.549	4.069	6.807	0	1.034	1.845	45.617
Mar/2001	307.329	1.004	15.675	6.179	1.281	4.360	7.688	0	904	1.858	38.950
Jun/2001	324.338	1.267	16.741	6.354	1.244	4.848	7.573	0	1.022	1.858	40.907
Set/2001	324.251	1.919	17.851	6.816	1.572	4.867	5.962	0	1.104	1.858	41.950
Dez/2001	346.218	1.609	23.486	9.362	1.794	4.697	8.112	0	1.232	1.858	52.150
Mar/2002	337.869	1.109	18.383	6.655	1.145	5.954	6.938	4	1.132	4.415	45.735
Jun/2002	370.717	1.547	19.391	6.844	1.111	6.851	8.139	11	1.215	4.415	49.524
Set/2002	372.186	2.519	20.980	7.341	1.405	6.853	6.966	21	1.304	4.415	51.805
Dez/2002	397.050	1.933	27.644	10.083	1.603	6.605	9.651	82	1.404	4.415	63.419
Mar/2003	391.581	1.477	21.313	7.362	1.310	7.910	7.818	239	1.240	5.422	54.091
Jun/2003	420.234	1.816	22.963	7.539	1.271	8.078	10.015	326	1.490	5.422	58.920
Set/2003	429.875	3.361	26.437	7.724	1.608	8.227	8.838	247	1.623	5.422	63.487
Dez/2003	458.257	1.794	34.762	11.018	1.834	7.963	10.412	271	1.754	5.422	75.231
Mar/2004	439.623	1.818	26.575	8.075	1.496	7.878	8.628	1.045	1.626	5.043	62.184
Jun/2004	483.811	1.841	28.646	8.488	1.452	7.862	10.053	1.083	1.847	5.043	66.316
Set/2004	495.412	3.348	30.152	8.735	1.836	7.674	9.814	1.142	2.001	5.043	69.747
Dez/2004	522.652	2.466	40.378	10.931	2.095	7.914	11.459	1.136	2.028	5.043	83.451
Mar/2005	494.163	1.892	32.240	9.338	1.535	7.332	9.303	1.584	2.012	5.141	70.377
Jun/2005	534.566	2.547	32.878	9.566	1.490	7.765	11.691	1.542	2.236	5.141	74.856
Set/2005	542.717	3.988	34.583	9.615	1.884	7.872	9.577	1.497	2.479	5.141	76.636
Dez/2005	575.794	2.951	46.308	11.450	2.149	7.792	11.872	1.739	2.527	5.141	91.930
Mar/2006	545.744	2.406	36.614	11.003	1.513	8.272	10.017	1.473	2.566	4.664	78.527
Jun/2006	577.381	3.172	37.588	10.582	1.469	8.130	11.864	1.726	2.894	4.664	82.088
Set/2006	603.717	5.230	45.279	11.031	1.857	8.516	11.050	2.246	3.077	4.664	92.950

(Continua)

(Continuação)

Data	PIB	Abono e seguro- desemprego	RGPS (exclusive RMV)	RPPS-GE	RPPS-GM	FGTS	RPPS-GF	PBF+ auxílios	Benefícios assistenciais (Loas e RMV)	Outras TAPS	TAPS
Dez./2006	642.641	4.103	46.105	12.669	2.119	8.016	13.591	1.951	3.102	4.664	96.320
Mar./2007	617.815	2.717	41.631	11.207	2.160	9.022	11.578	2.033	3.149	4.696	88.193
Jun./2007	661.981	3.725	41.989	11.806	2.367	11.325	13.462	1.990	3.360	4.696	94.721
Set./2007	673.365	6.570	49.229	12.275	2.472	10.096	12.395	2.297	3.493	4.696	103.522
Dez./2007	708.183	4.945	52.445	13.342	2.782	9.766	14.831	2.402	4.191	4.696	109.401
Mar./2008	694.376	3.437	45.021	10.997	2.128	9.804	12.400	2.415	3.663	5.125	94.990
Jun./2008	758.512	3.761	46.638	13.992	2.842	10.698	15.528	2.619	4.164	5.125	105.367
Set./2008	787.691	8.072	53.508	13.066	2.874	11.067	14.065	2.756	4.063	5.125	114.597
Dez./2008	791.625	5.425	54.396	15.922	3.456	12.250	17.892	2.682	4.146	5.125	121.293
Mar./2009	729.400	4.848	51.466	13.832	2.796	12.819	14.713	2.737	4.470	5.119	112.801
Jun./2009	787.963	5.326	51.775	13.900	3.120	12.431	17.207	2.830	4.766	5.119	116.474
Set./2009	826.431	9.995	60.236	14.030	3.005	12.065	16.302	2.949	4.806	5.119	128.508
Dez./2009	895.610	6.967	61.399	16.936	3.947	11.342	20.038	3.218	4.904	5.119	133.871
Mar./2010	855.569	4.929	59.382	15.053	3.249	11.749	15.910	3.450	5.395	6.597	125.715
Jun./2010	927.097	5.424	57.872	15.530	3.561	12.490	18.625	3.296	5.514	6.597	128.910
Set./2010	963.438	11.624	68.475	16.378	3.538	13.411	17.697	3.361	5.637	6.597	146.719
Dez./2010	1.023.981	7.227	69.130	18.526	4.368	12.883	21.045	3.461	5.688	6.597	148.924
Mar./2011	962.073	5.847	62.387	16.805	3.640	13.451	17.870	3.502	6.053	6.928	136.483
Jun./2011	1.043.527	5.947	67.251	17.626	4.048	14.764	20.750	4.248	6.220	6.928	147.782
Set./2011	1.046.706	14.150	75.362	18.296	3.942	15.111	18.683	4.357	6.284	6.928	163.113
Dez./2011	1.090.708	8.229	76.439	21.393	5.079	14.895	21.681	4.537	6.348	6.928	165.528
Mar./2012	1.033.349	6.909	70.535	19.636	4.408	15.246	18.775	4.636	7.168	7.421	154.735
Jun./2012	1.101.550	7.462	75.864	20.847	4.913	16.361	21.891	4.812	7.370	7.421	166.942
Set./2012	1.098.314	15.229	85.067	21.957	4.930	16.444	19.313	5.345	7.442	7.421	183.149
Dez./2012	1.169.324	10.350	85.123	23.385	5.603	16.998	22.453	5.709	7.228	7.421	184.269

Fonte: Dados descritos nas seções 2 e 3 deste texto.
Elaboração dos autores.

EDITORIAL

Coordenação

Cláudio Passos de Oliveira

Supervisão

Andrea Bossle de Abreu

Everson da Silva Moura

Revisão

Carlos Eduardo Gonçalves de Melo

Cristina Celia Alcantara Possidente

Elaine Oliveira Couto

Elisabete de Carvalho Soares

Lucia Duarte Moreira

Luciana Bastos Dias

Luciana Nogueira Duarte

Míriam Nunes da Fonseca

Editoração

Aeromilson Mesquita

Aline Cristine Torres da Silva Martins

Carlos Henrique Santos Vianna

Danilo Leite de Macedo Tavares

Roberto das Chagas Campos

Nathália de Andrade Dias Gonçalves (estagiária)

Capa

Luís Cláudio Cardoso da Silva

Projeto Gráfico

Renato Rodrigues Buenos

*The manuscripts in languages other than Portuguese
published herein have not been proofread.*

Livraria do Ipea

SBS – Quadra 1 - Bloco J - Ed. BNDES, Térreo.

70076-900 – Brasília – DF

Fone: (61) 3315-5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Composto em adobe garamond pro 12/16 (texto)
Frutiger 67 bold condensed (títulos, gráficos e tabelas)
Impresso em offset 90g/m² (miolo)
Cartão supremo 250g/m² (capa)
Brasília-DF

Missão do Ipea

Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.

